

Aue

O que falta é candidato

Marcos Sá Correa

QUANDO o Cruzado estreou na vida pública, um ano atrás, havia tanto economista da moda falando aos jornais, tanto fiscal nas ruas mostrando que aquilo tinha de dar certo, tanto blablablá sobre a paternidade do novo milagre econômico, que passou mais ou menos em brancas nuvens uma definição cínica — mas certeira — do professor Delfim Netto para o Plano de Inflação Zero. O Cruzado, agourou Delfim, tinha chegado em segundo lugar para diminuir a inflação, e em primeiro para aumentar o mandato do presidente José Sarney.

Delfim talvez estivesse certo na hora errada. Se aproveitasse a oportunidade para ficar calado numa ocasião em que ninguém queria saber da esperteza de um ex-ministro da Fazenda da ditadura, pouparia para debutar na Constituinte como estrela da oposição conservadora uma piada de sucesso sobre a moratória. Como no disparo do Cruzado, ela foi decretada numa hora em que, à falta de certezas, os boatos corriam soltos a respeito da rapidez com que se esvaíam, aparentemente juntos, atados na correnteza da crise, as reservas cambiais brasileiras e o mandato do presidente Sarney.

Má hora. Mesmo acreditando piamente na sinceridade de propósitos, não só de Sarney, como do ministro Dilson Funaro, haja disposição patriótica para fingir não notar que, em ambos os casos, a pressa do governo — além de correr atrás de históricas reformas econômicas — era também para fugir das miudezas de uma crise doméstica, a invariável crise brasileira dos mandatos presidenciais abortados. A precipitação política da moratória deixou pegadas — como a frase do presidente criticando as críticas num momento supostamente de unanimidade nacional, ou a falta de um programa qualquer de recuperação interna, uma idéia clara do próximo passo depois de suspender o pagamento de juros — em suma, daquilo que foi identificado pelo presidente do Banco Mundial como o pior embaraço dos brasileiros para se explicar no exterior: "Eles estão improvisando." Sarney vai estar sempre improvisando — e não por gosto, mas pela imprevisível cambalhota da História, que o despejou rigorosamente da noite para o dia na presidência da República. Desde a posse atabalhoada, com o último general do velho regime saindo pelas portas dos fundos do palácio do Planalto e o eleito entrando pelos tubos do Hospital de Base de Brasília, o presidente administra nas circunstâncias mais complicadas e nó institucional atado com dedos de marinheiro pelo político Tancredo Neves.

O problema número um do governo, que o leva a preferir a encrenca com os credores, é ter à porta uma Constituinte de onde o PMDB, aboletado em 305 das 559 cadeiras, espreita o mandato de Sarney. Aliança de circunstância, o convívio do presidente com "seu" partido tem sempre essa ameaça por trás. Ela, por exemplo, é que está no fundo da confusão armada pelo tal parágrafo 7 do regimento da Constituinte, lavrada em caçanje pelo líder do governo Carlos Sant'Anna para estabelecer as condições em que a Assembléia, ao mesmo tempo em que trata do futuro, pode se meter com o presente. Em bom português, o parágrafo tentou dirimir a dúvida inaugural da Constituinte — se quem manda no Brasil este ano é ela ou o Sarney — o



que é meio caminho andado para resolver se ela é que vai fixar o tempo do presidente na função.

Embora ache que não o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves — que, aliás, só está no posto por ser um dos generais de sua geração sem experiência em fazer constituições — esse é um ponto onde o rigor histórico e a paixão política podem estar onde menos se espera. Talvez seja passional a calma com que o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirma "que a Constituinte não pode se arvorar em governo", e a acadêmica opinião de quem pensa que pode. Para não procurar muito, nem em livros, a maioria dos políticos em Brasília, se quisesse, seria capaz de sacar da memória a lembrança de que a Constituinte, pelo menos essa que está aí, foi convocada precisamente para demarcar o mandato do atual presidente da República — fosse Tancredo ou Sarney. Tancredo, diga-se de passagem, criou o *imbroglio*. Sarney recebeu-o por tabela.

Mas isso não muda o fato de que, ao falar em Constituinte, na sucessão do governo João Figueiredo, a campanha Tancredo estava, antes de mais nada, tentando trocar um compromisso da oposição — o mandato curto, transitório, por outro igualmente altissonante, a Constituinte — cujas dificuldades mecânicas traziam embutidas, de quebra, a vantagem de tornar impraticável o mandato de dois anos. Primeiro era preciso eleger os constituintes etc. etc., patati-patatá. Quanto mais lento, melhor — para peritos da política de conciliação que se acreditavam então montados em uma onda popular que não iria quebrar antes de eleger um presidente pelo sufrágio universal. Tem melhor linhagem conservadora do que se presume, portanto, essa tentação de bulir no mandato presidencial que assola a Constituinte. Pelo menos mais séria que a "proposta de resolução" do PFL para declarar que Sarney, tal como diz a Constituição vigente, governará seis anos. Ou a Constituição dos militares está em vigor, ou não está. Dá no mesmo estabelecer que continuam valendo os artigos sublinhados com lápis vermelho.

Como a Constituinte foi invocada porque na proa do tancredismo faltou apetite — ou sobrou malandragem — para descascar o pomo da discórdia brasileira numa época em que os políticos estavam condenados à união, a conta ficou para Sarney, majorada por três anos de espera, um funeral purgativo e uma eleição pelo meio, e agora a moratória em cima. E, para azedar ainda mais as relações de Sarney com os

constituintes, a briga, no duro, ainda não começou. Vai ficar feia mesmo no dia em que, na mais pura tradição brasileira, alguém enxergar em Brasília um candidato verossímil.

Nesta fase, há mais rumos do que movimento. Se Sarney conservasse até aqui a popularidade do ano passado, a República estaria apinhada de puxa-sacos, querendo seis anos já para o presidente, com direito à reeleição. Sarney seria o candidato. Sem ele, se o PMDB sinceramente acreditasse na eficácia do seu timoneiro Ulysses Guimarães para singrar a crise a bordo de um palanque, sua maioria já teria adernado há muito tempo para o lado de apressar a saída de Sarney e a unção de Ulysses no trono. Nos quartéis, se os militares encontrassem debaixo da farda uma vocação inequívoca de pai da Pátria, provavelmente nem o general Leônidas acharia inconveniente a Constituinte cuidar do mandato. Se o ainda governador Brizola não andasse todo lanhado das cicatrizes de sua última derrota eleitoral, na certa estaria com a boca no mundo, pedindo diretas já.

Mas não. Falta em qualquer direção um candidato, o nome capaz de transformar facções em maioria, engatadas como manda o figurino num comboio rumo à presidência da República. Até os partidos majoritários, para funcionar, precisam desse aditivo indispensável. Vinte e tanto anos atrás, quando os militares tomaram o poder, as grandes legendas viviam ao redor de candidaturas presidenciais — o PSD, a de Juscelino Kubitschek, a UDN, a de Carlos Lacerda, o PTB, a do Brizola. Até a maioria que se chamou Aliança Democrática, há três anos, foi a volátil combinação de interesses provocada pela viabilidade de eleger Tancredo. Nos últimos dias de campanha sucessória, ao ficar óbvia sua vitória, quase faltou vaga para adesões. E Sarney? Perto dele, no palácio do Planalto, propaga-se a doutrina — por sinal convincente — de que o presidente luta pelo mandato não pelo privilégio de passar mais uns anos sofrendo de insônia, mas por respeito à responsabilidade que lhe caiu na biografia — de governar a transição. Hoje, em Brasília, já se ouvem assessores dizendo que a sucessão precisa esperar até que os militares (sempre eles) estejam seguros de que o voto direto não porá na presidência Brizola (sempre ele). A crise econômica, como se presume, favorece Brizola — logo, adia a sucessão.

A solução da crise, como também se sabe, bafeja Sarney — portanto, empurrá a sucessão para longe.

Nessa lenga-lenga, vale tudo. Menos culpar os constituintes por não estarem imunes a essa preferência nacional. Preferência política, bem entendido — que o carnaval já passou.

BR

SPECIAL